

DATAPREV

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ADVOCACIA



APOSTILA
COMPLETA



MATERIAL PARA
DOWNLOAD



TEORIA E
QUESTÕES

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



DATAPREV

Analista de Tecnologia da Informação - Advocacia

LINGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	6
Domínio da ortografia oficial.....	15
Domínio dos mecanismos de coesão textual.....	23
Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual	28
Emprego de tempos e modos verbais.....	29
Domínio da estrutura morfosintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto	31
Emprego das classes de palavras.....	37
Emprego dos sinais de pontuação	49
Concordância verbal e nominal	53
Regência verbal e nominal	60
Emprego do sinal indicativo de crase.....	66
Colocação dos pronomes átonos	71
Reescrita de frases e parágrafos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade	73
Significação das palavras.....	75
Substituição de palavras ou de trechos de texto.....	79
Questões	80
Gabarito.....	87

LÍNGUA INGLESA

Compreensão de textos em língua inglesa e itens gramaticais relevantes para o entendimento dos sentidos dos textos	1
Questões	5
Gabarito.....	20

SUMÁRIO



RACIOCÍNIO LÓGICO

Estruturas lógicas	1
Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões	5
Lógica sentencial (ou proposicional). Proposições simples e compostas. Tabelas-verdade. Equivalências	10
Diagramas lógicos	20
Lógica de primeira ordem	23
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais	26
Questões	30
Gabarito	39

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Aplicabilidade das normas constitucionais; Normas de eficácia plena, contida e limitada; Normas programáticas	1
Direitos e garantias fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos; Remédios Constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de injunção, mandado de segurança e ação popular	4
Organização político-administrativa do Estado: Estado federal brasileiro: União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios	21
Administração pública: Disposições gerais, servidores públicos	34
Poder Executivo: Atribuições e responsabilidades do Presidente da República	44
Poder Legislativo: Estrutura; Funcionamento e atribuições; Processo legislativo; Fiscalização contábil, financeira e orçamentária	46
Poder Judiciário: Disposições gerais; Órgãos do poder judiciário; Organização, composição e competências; Regime de precatórios	63
Funções essenciais à justiça: Ministério Público, advocacia pública; Advocacia privada e defensoria pública	86
Controle de constitucionalidade: Controle judicial de constitucionalidade: conceito, histórico, sistemas, pressupostos, modalidades, órgãos competentes, legitimados ativos, objetos de controle, tipos de inconstitucionalidade, parâmetros de controle, formalidades, procedimentos, julgamentos, decisões, efeitos das decisões, técnicas de decisão, segurança e estabilidade das decisões; Ação direta de inconstitucionalidade por ação e por omissão; Ação declaratória de constitucionalidade; Arguição de descumprimento de preceito fundamental; Representação interventiva; Incidente de arguição de inconstitucionalidade; Recurso extraordinário; Súmula vinculante; Reclamação constitucional; Controle não judicial de constitucionalidade: órgãos, institutos e procedimentos; Controle de constitucionalidade nos estados e no Distrito Federal	94
Defesa do Estado e das instituições democráticas	102

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Sistema Tributário Nacional: Princípios gerais; Limitações ao poder de tributar; Impostos da União, dos estados e dos municípios; Repartição das receitas tributárias	108
Finanças públicas: Normas gerais; Orçamentos	138
Ordem econômica e financeira	149
Sistema Financeiro Nacional	160
Ordem social	161
Questões	186
GABARITO	194

DIREITO TRIBUTÁRIO

Sistema Tributário Nacional: Princípios do direito tributário; Limitações ao poder de tributar; Repartição das receitas tributárias	1
Tributo: Conceito; Natureza jurídica; Espécies; Imposto; Taxa; Contribuição de melhoria; Empréstimo compulsório; Contribuições	6
Competência tributária: Classificação; Exercício da competência tributária; Capacidade tributária ativa; Imunidade tributária; Distinção entre imunidade, isenção e não incidência; Imunidades em espécie	11
Obrigação tributária: Definição e natureza jurídica; Obrigação tributária principal e acessória; Hipótese de incidência e fato gerador; Sujeito ativo; Sujeito passivo; Solidariedade ;Capacidade tributária; Domicílio tributário; Responsabilidade tributária; Responsabilidade dos sucessores; Responsabilidade de terceiros; Responsabilidade por infrações	14
Impostos da União	22
Impostos dos estados e do Distrito Federal	24
Impostos dos municípios	27
Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte)	28
Lei Complementar Federal nº 116/2003 e suas alterações (dispõe sobre o ISSQN) ...	88
Instrução normativa da Receita Federal do Brasil nº 2.110/2022 e suas alterações	92
Instrução normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012 e suas alterações	93
Reforma tributária: EC 132/2023, LC 214/2025, LC 227/2026	93
Processo tributário	119
Processo administrativo fiscal federal	122
Decreto 70.235/1972	122
Compensação tributária: PER/DCOMP; DRJ; CARF	136
Processo judicial tributário. Mandado de segurança em matéria tributária	154
Ação declaratória de inexistência de relação jurídica tributária	174
Ação anulatória de débito tributário	195
Ação de repetição de indébito tributário	215

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Ação de consignação em pagamento	240
Execução fiscal.....	262
Embargos à execução.....	266
Exceção de pré-executividade	269
Questões	288
GABARITO	293

PROPRIEDADE INTELECTUAL

Fundamentos e princípios da propriedade intelectual.....	1
Propriedade industrial; Patentes de invenção e de modelo de utilidade; Marcas; Desenhos industriais; Indicações geográficas	5
Direitos autorais e direitos conexos; Direitos morais e patrimoniais; Limitações aos direitos autorais; Proteção de obras disponibilizadas ou utilizadas em ambiente digital.....	10
Proteção jurídica de programas de computador; Titularidade, registro, uso, reprodução, modificação e integração de software	15
Titularidade das criações e dos ativos de propriedade intelectual desenvolvidos por empregados, servidores, prestadores de serviços, fornecedores e contratados	19
Cessão, licenciamento e exploração econômica de direitos de propriedade intelectual. Licenças de software e modelos de licenciamento	24
Transferência de tecnologia; Fornecimento de tecnologia, assistência técnica e licenciamento de direitos de propriedade industrial	30
Contratos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Encomenda tecnológica. Inovação aberta. Desenvolvimento conjunto e compartilhamento de resultados	34
Proteção de segredo de negócio, segredo industrial, informações confidenciais e know-how	38
Propriedade intelectual em contratos administrativos e empresariais; Cláusulas de titularidade, licenciamento, cessão, remuneração, confidencialidade, uso, modificação, manutenção, evolução tecnológica e continuidade de serviços	43
Lei nº 9.279/1996 (Lei da Propriedade Industrial).....	47
Lei nº 9.609/1998 (proteção da propriedade intelectual de programas de computador)	83
Lei nº 9.610/1998 (Lei de Direitos Autorais).....	86
Questões	107
Gabarito.....	112

SUMÁRIO



PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Privacidade, intimidade, autodeterminação informativa e sigilo das comunicações	1
Direito fundamental à proteção de dados pessoais; Fundamentos, princípios, conceitos e âmbito de aplicação da Lei nº 13.709/2018	5
Dados pessoais, dados pessoais sensíveis, dados anonimizados e dados de crianças e adolescentes. Anonimização, pseudonimização e perfilamento	29
Agentes de tratamento; Controlador, operador, encarregado pelo tratamento de dados pessoais e demais participantes das operações de tratamento; Responsabilidades e atribuições	33
Bases legais para o tratamento de dados pessoais e de dados pessoais sensíveis. Consentimento e hipóteses de dispensa.....	37
Direitos dos titulares e procedimentos para seu exercício	41
Tratamento de dados pessoais pelo poder público e por empresas estatais. Compartilhamento e uso compartilhado de dados. Transparência e atendimento ao interesse público.....	45
Tratamento de dados nas relações trabalhistas, contratuais, tecnológicas, comerciais e com clientes, usuários, fornecedores e parceiros	49
Governança e boas práticas em proteção de dados. Registro das operações de tratamento. Políticas internas. Privacidade desde a concepção e por padrão	53
Segurança da informação e proteção de dados. Medidas técnicas e administrativas; Incidentes de segurança; Comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e aos titulares	57
Relatório de impacto à proteção de dados pessoais; Avaliação de riscos e legítimo interesse	61
Transferência internacional de dados pessoais	65
Responsabilidade civil, administrativa e contratual; Fiscalização e sanções administrativas.....	70
Competências, atuação normativa, fiscalizatória e sancionadora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.....	74
Sigilo telemático, acesso a registros, dados cadastrais e conteúdo de comunicações. Preservação e fornecimento de registros.....	78
Cláusulas de proteção de dados em contratos administrativos e empresariais; Distribuição de responsabilidades entre controlador e operador; Subcontratação, compartilhamento, segurança, incidentes, auditoria, retenção, eliminação e devolução de dados	82
Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais); Disposições do Marco Civil da Internet relacionadas à privacidade, à proteção de dados, à guarda e ao fornecimento de registros	87
Questões	110
Gabarito.....	116

SUMÁRIO



LEGISLAÇÃO ACERCA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS

Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação): capítulos I, II, III, IV e V; Dec. nº 7.724 e nº 7845	1
Lei nº 12.737/2012 (Lei de Delitos Informáticos): art. 2º	39
Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet): capítulos II, Seção I, e III, Seções I e II ..	40
Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD): capítulos I, II, III, IV, VII, VIII e IX	50
Questões	69
Gabarito	75

DIREITO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Constituição da República e Tecnologia da Informação. Direitos fundamentais no ambiente digital	1
Aspectos jurídicos e regulação da Internet. Governança da Internet	6
Nomes de domínio na Internet. Registro, uso, conflitos e responsabilidade	10
Proteção do consumidor na sociedade da informação	14
Comércio eletrônico. Contratos eletrônicos. Plataformas digitais e marketplaces	17
Responsabilidade civil e administrativa de provedores de conexão, provedores de aplicações de Internet, usuários e empresas	20
Redes sociais, direitos da personalidade e liberdade de expressão. Desinformação e notícias falsas. Moderação e remoção de conteúdo. Direito de resposta e direito ao esquecimento	23
Registros eletrônicos, documentos digitais, assinaturas eletrônicas e certificação digital	27
Ilícitos e crimes cibernéticos. Segurança jurídica no ambiente digital	30
Responsabilidade jurídica dos participantes na contratação, comercialização e disponibilização de soluções tecnológicas por plataformas digitais e marketplaces, compreendendo intermediação, governança e gestão de terceiros	33
Lei nº 12.737/2012 (crimes cibernéticos)	36
Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet)	38
Lei nº 13.188/2015 (direito de resposta)	46
Questões	48
Gabarito	55



ATUALIDADES E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia	1
Inteligência Artificial: fundamentos e aplicações: conceitos de inteligência artificial; aprendizado da máquina; introdução aos modelos generativos e modelos de linguagem; ética, governança e privacidade em IA.....	92
Questões	97
Gabarito.....	104

DIREITO DO TRABALHO, PROCESSUAL DO TRABALHO E DA SEGURIDADE SOCIAL

Normas gerais, fontes e princípios do Direito do Trabalho e Processual do Trabalho..	1
Consolidação das Leis do Trabalho - CLT: Relação empregatícia e os sujeitos da relação de trabalho; Terceirização; Relações de trabalho sem vínculo empregatício	28
Contrato individual de trabalho: formação, alteração, interrupção, suspensão e extinção	64
Jornada de trabalho: Períodos de descanso; Trabalho noturno; Teletrabalho	116
Remuneração e salário	138
Férias.....	151
Estabilidade e garantia de emprego; FGTS; Aviso Prévio; Estabilidade; Prescrição e decadência	159
Segurança e Medicina do Trabalho.....	174
Portaria MTB nº 3.214/1978	176
Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial: NR 1 - Disposições Gerais;.....	177
NR 6 - Equipamentos de Proteção Individual - EPI;.....	178
NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade	182
NR 18- Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção	190
NR 33 - Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados.....	190
NR 35 Trabalho em Altura	198
NBR 16577:2017 - Espaço Confinado - Prevenção de Acidentes, Procedimentos e Medidas de Proteção.....	203
NBR 13434-1:2004 - Sinalização de Segurança contra Incêndio e Pânico; NBR 10898:2013 - Sistema de Iluminação de Emergência;.....	204

SUMÁRIO



NBR 9077:2001 - Saídas de Emergência em Edifícios;.....	204
NBR ISO/CIE 8995-1:2013 - Iluminação de Ambientes de Trabalho;	204
NBR NM 313:2007 - Elevadores de Passageiros - Requisitos de Segurança para Construção e Instalação - Requisitos Particulares para a Acessibilidade de Pessoas, incluindo Pessoas com Deficiência;	205
NBR 17505-5:2015 - Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis;.....	205
NBR 9050:2015 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;.....	205
NBR 14639:2014 - Posto de serviço e ponto de abastecimento - Instalações elétricas	206
NBR 11742:2018 - Porta corta-fogo para saída de emergência	206
NBR 17240:2010 - Sistemas de detecção e alarme de incêndio	206
NBR 14880:2014 - Saída de emergência em edifícios - Escada de Segurança - Controle de fumaça por pressurização	207
NBR 13523:2019 - Central de gás liquefeito de petróleo - GLP.....	207
NBR 15526:2016 - Redes de distribuição interna para gases combustíveis em instalações residenciais e comerciais - Projeto e execução.	207
Responsabilidade civil e o dever de indenizar na relação de trabalho	208
Proteção do trabalho da mulher e do menor	227
Direito coletivo do trabalho: princípios, Convenção nº 87 da OIT (liberdade sindical), entidades sindicais, enquadramento sindical, contribuição sindical, negociação coletiva	233
Lei nº 7.783/1989 (Direito de greve).....	237
Organização da justiça do trabalho: Jurisdição e competência	239
Processo do Trabalho: atos, termos, prazos e local dos atos processuais, comunicações, nulidades, sujeitos do processo	253
Dissídios individuais e coletivos	257
Recursos	261
Execução trabalhista	267
Procedimentos especiais no processo do trabalho	268
Princípios da Seguridade Social.....	274
Sistemas previdenciários e planos previdenciários.....	288
Lei Complementar nº 108/2001	303
Lei nº 8.212/1991 (Plano de Custeio da Previdência Social).....	308
Lei nº 8.213/1991 (Plano de Benefícios Previdenciários)	346
Lei nº 9.717/1998	391
Lei nº 12.618/2012	394
Lei Complementar nº 152/2015.....	405
Ministério Público do Trabalho	405
Questões	410
Gabarito.....	417

SUMÁRIO



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil): Normas processuais civis.....	1
Função jurisdicional.....	4
Ação: Conceito, natureza, elementos e características: Condições; Classificação;	24
Pressupostos processuais.....	29
Preclusão.....	33
Sujeitos do processo: Capacidade processual e postulatória; Deveres das partes e procuradores; Procuradores; Sucessão das partes e dos procuradores; Litisconsórcio.....	34
Intervenção de terceiros.....	49
Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.....	56
Ministério Público.....	63
Advocacia Pública.....	72
Defensoria Pública.....	74
Atos processuais: Forma dos atos; Tempo e lugar; Prazos; Comunicação dos atos processuais; Nulidades; Distribuição e registro; Valor da causa.....	78
Tutela provisória: Tutela de urgência; Disposições gerais.....	90
Formação, suspensão e extinção do processo.....	101
Processo de conhecimento e cumprimento de sentença: Procedimento comum; Disposições Gerais; Petição inicial; Improcedência liminar do pedido; Audiência de conciliação ou de mediação; Contestação, reconvenção e revelia; Audiência de instrução e julgamento; Providências preliminares e do saneamento; Julgamento conforme o estado do processo; Provas; Sentença e coisa julgada Cumprimento da sentença; Disposições gerais; Cumprimento; Liquidação.....	110
Procedimentos especiais; Procedimentos de jurisdição voluntária.....	136
Processos de execução.....	141
Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais: Livro complementar; Disposições finais e transitórias; Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR); Ação rescisória.....	164
Mandado de segurança.....	170
Ação popular.....	175
Ação civil pública.....	183
Ação de improbidade administrativa.....	186
Lei nº 8.245/1991 e suas alterações (locação de imóveis urbanos).....	188
Assunção de competência (IAC).....	204
Recursos.....	210
Precedentes vinculantes.....	230
Controle de constitucionalidade.....	231

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Juizados especiais da fazenda pública no âmbito dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios.....	231
Questões	238
GABARITO	246

DIREITO ADMINISTRATIVO

Estado, governo e administração pública: Conceitos.....	1
Direito administrativo: Conceito; Objeto; Fontes	5
Ato administrativo: Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies; Extinção do ato administrativo; Cassação, anulação, revogação e convalidação; Decadência administrativa	8
Agentes públicos: Conceito; Espécies; Cargo, emprego e função pública; Provimento; Vacância; Efetividade, estabilidade e vitaliciedade; Remuneração; Direitos e deveres; Responsabilidade	15
Processo administrativo disciplinar; Disposições constitucionais aplicáveis.....	21
Poderes da administração pública: Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; Uso e abuso de poder	30
Regime jurídico-administrativo: Conceito; Princípios expressos e implícitos da administração pública.....	34
Responsabilidade civil do Estado: Evolução histórica; Responsabilidade por ato comissivo do Estado; Responsabilidade por omissão do Estado; Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado; Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado; Reparação do dano; Direito de regresso	38
Serviços públicos: Conceito; Elementos constitutivos; Formas de prestação e meios de execução; Delegação; Concessão, permissão e autorização; Classificação; Princípios.....	43
Organização administrativa: Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista; Regime jurídico das empresas públicas, sociedades de economia mista e subsidiárias.....	48
Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (processo administrativo).....	55
Licitações e contratos administrativos.....	65
Lei 13.303/2016, arts. 28 a 91 e princípios, objetivos e diretrizes das contratações	77
Decreto nº 11.462/2023 e suas alterações (sistema de registro de preços)	98
Regulamento de licitações e contratos da Dataprev: planejamento da contratação; mecanismos de posicionamento empresarial; estudos técnicos preliminares; termo de referência; matriz de riscos; orçamento estimado; procedimentos de licitação; modos de disputa; critérios de julgamento; habilitação; contratação direta; dispensa e inexigibilidade; alienações; procedimentos auxiliares; recursos; sanções; formalização, execução, alteração, fiscalização e extinção dos contratos; equilíbrio econômico-financeiro; nulidades; responsabilização; controle interno e externo	111
Aplicação da Lei Complementar nº 123/2006	115

SUMÁRIO



Instrução Normativa SG/MPDG nº 05/2017 e suas alterações	115
Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e suas alterações	131
Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022 e suas alterações.....	145
Resolução CGPAR nº 29/2022 e suas alterações	166
Lei nº 12.527/2011 e suas alterações (Lei de Acesso à Informação).....	168
Estatuto social da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência .	180
Relações entre a Lei nº 13.303/2016 e a Lei nº 14.133/2021	201
Questões	207
GABARITO	215

DIREITO CIVIL, DO CONSUMIDOR E EMPRESARIAL

Direito Civil: evolução, constitucionalização, características, princípios ; Código civil; Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).....	1
Pessoas naturais: personalidade, capacidade, direitos da personalidade, ausência ...	23
Pessoas jurídicas: teoria geral, classificação e espécies, desconsideração da personalidade jurídica, responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios	37
Domicílio.....	51
Bens.	56
Fatos jurídicos: negócio jurídico, atos ilícitos; prescrição e decadência	65
prova.....	84
Direito das Obrigações: noções gerais, modalidades, transmissão, adimplemento e extinção, inadimplemento	96
Contratos: Contratos em espécie	124
Atos Unilaterais	138
Responsabilidade Civil	144
Preferências e privilégios creditórios.....	153
Direito das Coisas	157
Código de defesa do consumidor.....	184
Empresário	209
Sociedades: Lei nº 6.404/1976 (Sociedades por ações).....	216
Estabelecimento; Registro; Nome Empresarial; Prepostos; Escrituração.....	308
Títulos de Crédito	312
Contratos Mercantis	321
Indicadores empresariais	326
Lei nº 13.303/2016 (Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias)	329
Questões	330
GABARITO	338

SUMÁRIO



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário** : O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

**COMPREENSÃO GERAL DE TEXTO E ORGANIZAÇÃO SEMÂNTICA E DISCURSIVA****► A construção do sentido global na leitura em língua inglesa**

A compreensão geral de um texto em língua inglesa resulta da capacidade do leitor de integrar informações dispersas ao longo de parágrafos distintos em uma representação mental coerente do conteúdo como um todo. Essa representação não depende do reconhecimento isolado de palavras, mas da articulação entre o título, a introdução, o desenvolvimento e a conclusão de cada unidade textual, de modo que o leitor consiga identificar o propósito comunicativo predominante: informar, argumentar, narrar, descrever ou instruir. O reconhecimento do gênero textual funciona como ponto de partida para essa construção de sentido, pois cada gênero impõe expectativas específicas quanto à organização das ideias e ao vocabulário empregado. Um artigo de opinião, por exemplo, tende a apresentar uma tese logo nos parágrafos iniciais, seguida de argumentos de sustentação e, eventualmente, de contra-argumentos que são refutados pelo autor. Já um relatório técnico costuma adotar estrutura mais linear, com apresentação de dados, análise e implicações práticas.

Leitura orientada ao propósito e identificação do tema central

A leitura eficiente em língua estrangeira exige que o leitor ajuste sua velocidade e seu nível de atenção conforme o objetivo da tarefa. Quando o objetivo é captar a ideia central de um texto extenso, a leitura rápida dos parágrafos de abertura e fechamento, associada à leitura da primeira frase de cada parágrafo intermediário, permite construir um esboço do argumento principal sem que seja necessário processar cada palavra isoladamente. Esse procedimento apoia-se no fato de que textos em inglês, especialmente os de natureza expositiva e argumentativa, costumam seguir uma lógica de tópico frasal, na qual a primeira sentença de cada parágrafo anuncia o assunto que será desenvolvido nas sentenças subsequentes. O reconhecimento dessa estrutura reduz a carga cognitiva do leitor e favorece decisões mais precisas sobre quais trechos merecem leitura mais detida e quais podem ser processados de forma mais superficial.

► Coesão e coerência na organização do discurso

A organização semântica e discursiva de um texto em inglês manifesta-se por meio de dois fenômenos complementares: a coesão, que corresponde aos mecanismos linguísticos explícitos de conexão entre as partes do texto, e a coerência, que diz respeito à continuidade lógica e conceitual do sentido, ainda que nem sempre marcada por elementos gramaticais visíveis. Um texto pode apresentar coesão sem alcançar plena coerência, assim como pode ser coerente mesmo com número reduzido de conectivos explícitos, desde que o leitor consiga reconstruir as relações lógicas implícitas entre as ideias. Compreender essa distinção permite ao leitor de língua inglesa identificar, por exemplo, quando um pronome retoma um referente distante no texto ou quando uma oração se conecta à anterior por relação de causa, consequência, contraste ou adição, mesmo na ausência de conjunções explícitas.

Mecanismos de coesão referencial e sequencial

Entre os recursos coesivos mais recorrentes em textos de língua inglesa está a referência anafórica, na qual um pronome ou expressão retoma um elemento mencionado anteriormente, e a referência catafórica, na qual o elemento retomador precede o termo a que se refere. Também são frequentes a substituição lexical, que evita repetições desnecessárias por meio de sinônimos ou expressões equivalentes, e a elipse, que consiste na omissão de um termo já recuperável pelo contexto. Como esses mecanismos operam de maneira simultânea e frequentemente sutil, é útil sistematizar os principais tipos de conectivos sequenciais responsáveis por sinalizar a progressão lógica do discurso.



Raciocínio Lógico

ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Aqui veremos questões que envolvem correlação de elementos, pessoas e objetos fictícios, através de dados fornecidos. Vejamos o passo a passo:

01. Três homens, Luís, Carlos e Paulo, são casados com Lúcia, Patrícia e Maria, mas não sabemos quem é casado com quem. Eles trabalham com Engenharia, Advocacia e Medicina, mas também não sabemos quem faz o quê. Com base nas dicas abaixo, tente descobrir o nome de cada marido, a profissão de cada um e o nome de suas esposas.

- a) O médico é casado com Maria.
- b) Paulo é advogado.
- c) Patrícia não é casada com Paulo.
- d) Carlos não é médico.

Vamos montar o passo a passo para que você possa compreender como chegar a conclusão da questão.

▪ **1º passo** – Construir a tabela dos dados. Vamos montar uma tabela para facilitar a visualização da resolução, a mesma deve conter as informações prestadas no enunciado, nas quais podem ser divididas em três grupos: homens, esposas e profissões.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos						
Luís						
Paulo						
Lúcia						
Patrícia						
Maria						

Também criamos abaixo do nome dos homens, o nome das esposas.

▪ **2º passo** – Construir a tabela gabarito. Essa tabela não servirá apenas como gabarito, mas em alguns casos ela é **fundamental** para que você enxergue informações que ficam meio escondidas na tabela principal. Uma tabela complementa a outra, podendo até mesmo que você chegue a conclusões acerca dos grupos e elementos.

HOMENS	PROFISSÕES	ESPOSAS
Carlos		
Luís		
Paulo		

▪ **3º passo** preenchimento de nossa tabela, com as informações mais óbvias do problema, aquelas que não deixam margem a nenhuma dúvida. Em nosso exemplo:

O médico é casado com Maria: marque um “S” na tabela principal na célula comum a “Médico” e “Maria”, e um “N” nas demais células referentes a esse “S”.



O estudo da aplicabilidade das normas constitucionais é essencial à correta interpretação da Constituição Federal¹. Esse estudo permite compreender o alcance e a realizabilidade dos diversos dispositivos da Constituição.

Todas as normas constitucionais apresentam juridicidade. Todas elas são dotadas de imperatividade ou, em outras palavras, todas as normas constitucionais surtem efeitos jurídicos: o que varia entre elas é o grau de eficácia.

A doutrina americana (clássica) distingue duas espécies de normas constitucionais quanto à aplicabilidade: as normas autoexecutáveis (“*self-executing*”) e as normas não autoexecutáveis.

As normas autoexecutáveis são normas que podem ser aplicadas sem a necessidade de qualquer complementação. São normas completas, bastando-se a si mesmas. Já as normas não autoexecutáveis dependem de complementação legislativa antes de serem aplicadas: são as normas incompletas, as normas programáticas (que definem diretrizes para as políticas públicas) e as normas de estruturação (instituem órgãos, mas deixam para a lei a tarefa de organizar o seu funcionamento).

Embora a doutrina americana seja bastante didática, a classificação das normas quanto à sua aplicabilidade mais aceita no Brasil foi a proposta pelo Prof. José Afonso da Silva.

A partir da aplicabilidade das normas constitucionais, José Afonso da Silva classifica as normas constitucionais em três grupos:

- Normas de eficácia plena;
- Normas de eficácia contida;
- Normas de eficácia limitada.

► Normas de eficácia plena

São aquelas que, desde a entrada em vigor da Constituição, produzem, ou têm possibilidade de produzir, todos os efeitos que o legislador constituinte quis regular. É o caso do art. 2º da CF/88, que diz: “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”.

As normas de eficácia plena possuem as seguintes características:

- **são autoaplicáveis**, isto é, elas independem de lei posterior regulamentadora que lhes complete o alcance e o sentido. Isso não quer dizer que não possa haver lei regulamentadora versando sobre uma norma de eficácia plena; a lei regulamentadora até pode existir, mas a norma de eficácia plena já produz todos os seus efeitos de imediato, independentemente de qualquer tipo de regulamentação;
- **são não restringíveis**, ou seja, caso exista uma lei tratando de uma norma de eficácia plena, esta não poderá limitar sua aplicação;
- **possuem aplicabilidade direta** (não dependem de norma regulamentadora para produzir seus efeitos), **imediata** (estão aptas a produzir todos os seus efeitos desde o momento em que a Constituição é promulgada) e **integral** (não podem sofrer limitações ou restrições em sua aplicação).

► Normas constitucionais de eficácia contida ou prospectiva

São normas que estão aptas a produzir todos os seus efeitos desde o momento da promulgação da Constituição, mas que podem ser restringidas por parte do Poder Público. Cabe destacar que a atuação do legislador, no caso das normas de eficácia contida, é discricionária: ele não precisa editar a lei, mas poderá fazê-lo.

¹ <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:j3AAnRpJ4j8J:www.estrategiaconcursos.com.br/curso/main/downloadPDF/%3Faula%3D188713+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>



► Sistema Tributário Nacional¹

O sistema tributário nacional é regido pelo disposto na Constituição, em leis complementares, em resoluções do Senado Federal e, nos limites das respectivas competências, em leis federais, nas Constituições e em leis estaduais, e em leis municipais, conforme estabelece o art. 2º do CTN.

Segundo o STF, os tributos, nas suas diversas espécies, compõem o Sistema Constitucional Tributário brasileiro, que a Constituição inscreve nos seus arts. 145 a 162.

Leciona Kiyoshi Harada: “*Sistema Tributário Nacional é o conjunto de normas constitucionais de natureza tributária, inserido no sistema jurídico global, formado por um conjunto unitário e ordenado de normas subordinadas aos princípios fundamentais reciprocamente harmônicos, que organiza os elementos constitutivos do Estado, que outra coisa não é senão a própria Constituição*”.

É o complexo normativo formado pela Constituição Federal, pelas leis complementares e pelas leis de cada pessoa política.

Assim, ao conjunto das regras destinadas a regular a instituição, a cobrança, a arrecadação e a partilha de tributos dá-se o nome de “Sistema Tributário Nacional”. Tomando a expressão em sentido amplo, aí estão: disposições constitucionais, leis, decretos, portarias, instruções normativas –, em suma, tudo aquilo que no ordenamento jurídico possa dizer respeito a exigências fiscais.

O termo “sistema” agrega certa ordem interna ao conjunto. E a ordem indica, sobretudo, hierarquia. As disposições não estão todas elas justapostas, lado a lado, no mesmo patamar. Há uma estrutura escalonada. Os decretos devem ser produzidos e aplicados conforme as leis – ordinárias e complementares – e essas, por sua vez, conforme a Constituição.

Isso significa que, para cobrar tributos dos seus cidadãos-contribuintes, existe um conjunto de diretrizes que precisa ser respeitado pelo Poder Público, a começar pela própria Constituição Federal.

Abaixo da Constituição, estão o Código Tributário Nacional (CTN) e as leis complementares responsáveis pela veiculação das normas gerais em matéria de Direito Tributário, aplicáveis a todos os níveis da federação, resoluções do Senado Federal e do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) e, em seguida, as leis que instituem e disciplinam a cobrança de cada um dos tributos nos diferentes entes federativos. O que agrega todos esses atos normativos e os reúne num mesmo “sistema” é a noção de tributo.

Conforme o Código Tributário Nacional - CTN, tributo é essencialmente uma “prestação pecuniária”, e na da Lei Geral de Orçamentos, é uma receita derivada. O cidadão paga tributo ao Estado, e este o toma para si como receita pública, a ser empregada para custear os serviços e demais atividades que lhe são atribuídas pela Constituição e pela legislação em vigor.

► Princípios Gerais²

Princípio da Legalidade

O princípio da legalidade, consequência direta do estado democrático de direito, tem alcance não só no direito tributário, mas também em todas as áreas do direito, ao estabelecer que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer, senão em virtude de lei, conforme dispõe o art. 5º, II, da CF. No tocante ao direito tributário, aplica-se à instituição, majoração, redução ou modificação de tributos, pois estas só poderão ser alteradas ou instituídas por meio de lei. Esse atributo traduz uma limitação ao poder de tributar dos entes federativos, na medida em que impõe uma forma jurídica específica que deverão respeitar para que possam criar ou alterar os tributos.

¹ Mazza, Alexandre. Curso de direito tributário. (10th edição). Editora Saraiva, 2024.

² Pinto, Fabiana L. Direito Tributário. Editora Manole, 2012.



FUNDAMENTOS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

► Conceito e função dos bens imateriais

A propriedade intelectual compreende o conjunto de mecanismos jurídicos destinados a proteger criações do espírito, soluções técnicas, sinais distintivos, formas ornamentais, informações estratégicas e outros ativos imateriais associados à atividade criativa, científica, tecnológica, cultural e empresarial. Seu objeto não é a matéria física em que a criação se encontra fixada, mas o conteúdo intelectual, a função distintiva, a solução técnica ou o valor competitivo incorporado ao bem.

A distinção entre suporte material e bem imaterial é essencial. A aquisição de um livro, de uma obra de arte, de um produto patentado ou de um arquivo digital não transfere automaticamente os direitos intelectuais correspondentes. O adquirente passa a ser proprietário do exemplar ou suporte, mas a reprodução, adaptação, distribuição, comunicação ou exploração econômica do conteúdo depende da disciplina específica aplicável.

A proteção dos bens imateriais responde a necessidades diferentes. Em alguns casos, busca reconhecer o vínculo pessoal entre criador e obra. Em outros, assegura exclusividade temporária para estimular investimento em pesquisa, desenvolvimento, produção e divulgação. Há também institutos voltados à organização do mercado, como marcas e indicações geográficas, cuja função central é reduzir confusão, proteger reputação e permitir identificação de origem.

► Justificativas econômicas, sociais e culturais

A propriedade intelectual procura equilibrar incentivo privado e benefício coletivo. A criação de obras, tecnologias, produtos e sinais distintivos exige tempo, investimento, conhecimento e risco. Sem proteção, terceiros poderiam se apropriar imediatamente do resultado sem suportar os custos correspondentes, reduzindo o estímulo à inovação e à produção cultural. A exclusividade jurídica permite ao titular organizar a exploração econômica e recuperar investimentos.

Esse fundamento não autoriza monopólios ilimitados. A proteção deve ser proporcional, temporária quando necessário e compatível com acesso ao conhecimento, liberdade de expressão, concorrência e interesse público. A sociedade concede determinado grau de exclusividade em troca de benefícios como divulgação da tecnologia, circulação cultural, identificação confiável de produtos e formação de mercados inovadores.

Os fundamentos centrais podem ser organizados da seguinte maneira:

- Reconhecimento da criação: protege a contribuição intelectual de autores, inventores e demais titulares.
- Incentivo econômico: permite exploração exclusiva ou controlada para viabilizar retorno sobre investimento.
- Difusão do conhecimento: estimula divulgação de obras e soluções técnicas sob regras juridicamente definidas.
- Organização do mercado: reduz confusão entre produtos, serviços, empresas e origens geográficas.
- Proteção da concorrência leal: impede apropriação parasitária, fraude, desvio de clientela e uso indevido de reputação.

Diversidade interna do sistema

A propriedade intelectual não constitui categoria uniforme. Direitos autorais, patentes, marcas, desenhos industriais, indicações geográficas, proteção de cultivares, topografias de circuitos, programas de computador e segredos empresariais possuem requisitos, finalidades e prazos distintos. A aplicação adequada exige identificar a natureza do ativo e evitar transposição automática de regras entre regimes.



PRIVACIDADE E INTIMIDADE COMO DIMENSÕES DA PERSONALIDADE

► Fundamentos conceituais da privacidade

A privacidade corresponde à esfera de liberdade que permite à pessoa controlar o acesso de terceiros a aspectos de sua vida, de seus hábitos, de suas escolhas, de suas relações e de suas informações. Não se limita ao isolamento físico nem à ausência de contato social. Abrange a possibilidade de definir quais elementos da existência pessoal podem ser conhecidos, compartilhados, observados, registrados ou utilizados por outras pessoas, por organizações privadas ou pelo poder público.

A proteção da privacidade decorre do reconhecimento de que a pessoa não pode ser reduzida a objeto de vigilância, classificação ou exposição permanente. A vida em sociedade exige circulação de informações, mas essa circulação não elimina a necessidade de limites. O indivíduo deve conservar espaços de autonomia nos quais possa formar convicções, desenvolver vínculos, experimentar identidades, tomar decisões e construir sua trajetória sem submissão contínua ao olhar de terceiros.

A privacidade possui dimensão negativa e dimensão positiva. A dimensão negativa impede interferências indevidas na vida pessoal. A dimensão positiva assegura condições para que a própria pessoa organize a divulgação, a reserva e o uso de informações relacionadas a si. Essa dupla estrutura demonstra que a privacidade não consiste apenas em esconder dados ou evitar intromissões. Ela também envolve poder de escolha, domínio sobre contextos informacionais e capacidade de determinar a extensão da exposição pessoal.

► Intimidade e núcleo reservado da vida pessoal

A intimidade representa o núcleo mais restrito da vida privada. Relaciona-se a sentimentos, afetos, convicções profundas, experiências familiares, condições de saúde, sexualidade, relações pessoais e demais aspectos cuja revelação pode atingir diretamente a dignidade da pessoa. A intimidade exige proteção reforçada porque sua exposição indevida pode gerar constrangimento, discriminação, manipulação, exclusão social ou dano emocional.

A distinção entre privacidade e intimidade não é absoluta, mas possui utilidade jurídica e didática. A privacidade é categoria mais ampla, ligada ao controle da vida pessoal e de suas manifestações. A intimidade concentra-se nos elementos mais sensíveis e reservados da personalidade. Uma agenda de compromissos, por exemplo, integra a esfera privada. Já informações sobre tratamento médico, orientação sexual ou conflitos familiares podem alcançar o campo da intimidade, em razão do grau de sensibilidade e do impacto potencial de sua divulgação.

A proteção jurídica deve considerar o contexto. Uma informação aparentemente simples pode tornar-se altamente invasiva quando combinada com outras. Dados de localização, horários, preferências de consumo e histórico de pesquisas, analisados em conjunto, podem revelar hábitos íntimos, crenças, vínculos e fragilidades. A lesão à intimidade nem sempre decorre de um único dado sensível; pode resultar da agregação de múltiplas informações aparentemente banais.

Critérios de identificação da interferência indevida

A avaliação de eventual violação à privacidade ou à intimidade depende de elementos como finalidade, necessidade, proporcionalidade, expectativa legítima de reserva, forma de coleta, alcance da divulgação e consequências para a pessoa. A obtenção clandestina, a exposição desnecessária, o uso incompatível com a finalidade original e a manutenção excessiva de informações são manifestações típicas de interferência indevida.

Alguns critérios ajudam a compreender a gravidade da invasão:

- Grau de sensibilidade da informação envolvida.



LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:

I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;

II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Parágrafo único. A publicidade a que estão submetidas as entidades citadas no caput refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

V - desenvolvimento do controle social da administração pública.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;



A Constituição da República de 1988 foi promulgada em um contexto histórico anterior à popularização da informática e da rede mundial de computadores, razão pela qual seu texto não contém disposições literais sobre internet, dados pessoais em sentido amplo ou plataformas digitais. Essa ausência de previsão expressa, contudo, não impede a incidência do sistema constitucional sobre as relações jurídicas travadas no ambiente digital. O constitucionalismo contemporâneo trabalha com cláusulas abertas e princípios estruturantes capazes de irradiar efeitos sobre realidades sociais e tecnológicas supervenientes à edição do texto constitucional. A dignidade da pessoa humana, fundamento da República insculpido no artigo 1º, inciso III, funciona como vetor interpretativo que permite a extensão de garantias tradicionais, como a intimidade, a honra e a imagem, para o ambiente virtual, sem que seja necessária reforma constitucional para cada nova tecnologia surgida.

A hermenêutica constitucional aplicada à tecnologia da informação parte da premissa de que os direitos fundamentais não se esgotam no rol do artigo 5º, tampouco perdem eficácia quando exercidos por meio eletrônico. Ao contrário, a Constituição projeta sobre o ambiente digital os mesmos vetores axiológicos que orientam as relações presenciais, adaptando-os às peculiaridades técnicas de cada meio. Assim, o sigilo das comunicações, antes pensado para cartas e telefonemas, projeta-se sobre mensagens eletrônicas e comunicações em aplicativos; a liberdade de expressão, antes exercida em praças e periódicos impressos, projeta-se sobre redes sociais e ambientes de publicação coletiva.

A Abertura Material dos Direitos Fundamentais

O parágrafo segundo do artigo 5º da Constituição estabelece que os direitos e garantias expressos no texto constitucional não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. Essa cláusula de abertura material constitui o fundamento dogmático que autoriza o reconhecimento de direitos fundamentais implícitos relacionados à tecnologia da informação, tais como a autodeterminação informativa, o direito ao esquecimento e a proteção contra decisões automatizadas discriminatórias. A doutrina constitucional contemporânea reconhece que a lista de direitos fundamentais é meramente exemplificativa, cabendo ao intérprete extrair do sistema constitucional novas posições jurídicas subjetivas compatíveis com a evolução tecnológica e social.

Cidadania Digital como Extensão da Cidadania Constitucional

O princípio da cidadania, fundamento republicano previsto no artigo 1º, inciso II, da Constituição, projeta-se sobre o ambiente digital na forma do que se denomina cidadania digital, compreendida como o conjunto de condições materiais e jurídicas necessárias ao exercício pleno da participação política, social e econômica por meio de tecnologias da informação. A inclusão digital, nesse contexto, não é mera política administrativa, mas corolário direto do princípio constitucional da cidadania, na medida em que o acesso à internet e às ferramentas tecnológicas condiciona o exercício de direitos políticos, sociais e econômicos na sociedade contemporânea.

► A Emenda Constitucional nº 115 e a Proteção de Dados como Direito Fundamental Autônomo

A promulgação da Emenda Constitucional nº 115, em 2022, representou o marco mais relevante da constitucionalização da tecnologia da informação no ordenamento brasileiro. Antes dessa alteração, a proteção de dados pessoais era reconhecida pela doutrina e pela jurisprudência como decorrência implícita do direito à privacidade e à intimidade, previstos no artigo 5º, inciso X. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, editada em 2018, já disciplinava a matéria em nível infraconstitucional, mas sem assento constitucional expresso, o que gerava incerteza quanto à hierarquia normativa da proteção de dados frente a outros interesses constitucionalmente protegidos, como a livre iniciativa e o direito à informação.

Com a Emenda Constitucional nº 115, foi inserido o inciso LXXIX ao artigo 5º, assegurando expressamente que é garantido o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais, cabendo à lei dispor sobre sua forma, conteúdo e limites. Paralelamente, o artigo 22 foi alterado para incluir, no inciso XXX, a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais. Essa dupla alteração



MUNDO

O Choque dos titãs: Trump versus Musk e as consequências para a geopolítica e a economia global

- A recente efervescência na relação entre Donald Trump e Elon Musk transcende uma mera disputa pessoal, revelando-se um episódio marcante com profundas implicações geográficas, históricas e geopolíticas.
- O embate, iniciado pela crítica de Musk a um projeto de lei republicano que visava eliminar subsídios a veículos elétricos, escalou rapidamente, com Trump ameaçando cortar contratos federais bilionários com empresas como Tesla, SpaceX e Starlink.
- A resposta de Musk foi igualmente contundente, sugerindo uma ligação de Trump com Jeffrey Epstein e chegando a pedir seu impeachment.

Um olhar histórico: precedentes e rupturas

- Historicamente, a relação entre o governo e grandes corporações nos Estados Unidos sempre foi complexa e, muitas vezes, ambivalente. Desde os “barões ladrões” do século XIX, que acumularam vastas fortunas e influência, até as gigantes de tecnologia da atualidade, a dinâmica de poder oscilou entre a colaboração e o confronto.
- O que torna o embate Trump-Musk particularmente notável é o rompimento de uma aliança tácita entre duas figuras de imenso poder e visibilidade.
- Anteriormente, Musk, embora excêntrico, era visto com certa simpatia por setores conservadores, especialmente por suas críticas à regulação excessiva e seu foco em inovação.
- A virada demonstra a fragilidade das alianças políticas e a disposição de Trump em utilizar o peso do governo para retaliar oponentes, mesmo que estes sejam peças-chave da economia americana.
- O pedido de impeachment por parte de Musk, bem como a insinuação de envolvimento com Jeffrey Epstein, também evoca um passado de escândalos políticos e figuras controversas na história americana. A sombra de Epstein, com sua rede de contatos influentes e acusações de tráfico sexual, adiciona uma camada sombria e explosiva a esta já volátil disputa.

A perspectiva geográfica: o Vale do Silício e Washington em colisão

- Geograficamente, o conflito acentua a tensão crescente entre Washington D.C. e o Vale do Silício. Tradicionalmente, o centro político dos EUA e o polo de inovação tecnológica operam em esferas distintas, embora interdependentes.
- O Vale do Silício, com seu espírito de disrupção e busca por autonomia, frequentemente colide com a burocracia e as regulamentações governamentais.
- A ameaça de Trump de cortar contratos federais atinge o coração das operações de empresas como SpaceX e Starlink, que dependem fortemente de acordos governamentais para seus projetos espaciais e de conectividade.
- A Starlink, por exemplo, tem sido crucial na provisão de internet em áreas remotas e zonas de conflito, como na Ucrânia, demonstrando a intersecção entre tecnologia e geopolítica. A possibilidade de interrupção desses serviços não é apenas uma questão econômica para Musk, mas pode ter ramificações significativas para a infraestrutura digital e a segurança global. A mobilidade elétrica, impulsionada pela Tesla, também é um componente chave na transição energética global, e a retirada de subsídios pode impactar a velocidade e a escala dessa transição nos EUA.



FUNDAMENTOS E NORMAS GERAIS DO DIREITO DO TRABALHO

► Formação, finalidade e autonomia do Direito do Trabalho

Formação histórica e necessidade de proteção jurídica

O Direito do Trabalho surgiu da necessidade de disciplinar uma relação marcada, em regra, pela desigualdade econômica e organizacional entre quem presta o serviço e quem controla os meios de produção. Embora empregador e empregado sejam juridicamente capazes, o trabalhador normalmente depende de sua força de trabalho para obter renda, enquanto o empregador detém o poder de organizar a atividade econômica, admitir trabalhadores, dirigir a prestação dos serviços e assumir os riscos do empreendimento.

Essa assimetria explica por que o Direito do Trabalho não se limita a aplicar ao contrato de emprego as regras comuns dos contratos privados. Ele estabelece garantias mínimas destinadas a preservar a dignidade, a saúde, a segurança, a remuneração e a continuidade da vida profissional do trabalhador, sem eliminar a livre iniciativa ou a autonomia empresarial.

No Brasil, a CLT foi aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, reunindo e sistematizando normas relativas às relações individuais e coletivas de trabalho. Posteriormente, a Constituição Federal de 1988 conferiu centralidade constitucional aos direitos trabalhistas, reconhecendo o trabalho como direito social e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República.

Finalidades do Direito do Trabalho

A finalidade protetiva é uma das características centrais desse ramo jurídico, mas não é sua única função. O Direito do Trabalho também procura conferir previsibilidade às relações produtivas, promover condições mínimas de concorrência empresarial, prevenir conflitos, favorecer a negociação coletiva e estabelecer mecanismos de representação dos trabalhadores.

Suas principais funções podem ser compreendidas da seguinte maneira:

- Função protetiva: busca compensar juridicamente a desigualdade material existente entre empregado e empregador.
- Função civilizatória: estabelece padrões mínimos de remuneração, jornada, descanso, saúde, segurança e respeito à dignidade humana.
- Função econômica: confere previsibilidade às relações de trabalho e impede que a competição empresarial se baseie exclusivamente na redução ilimitada de direitos.
- Função social: contribui para a distribuição de renda, a inclusão social e a redução das desigualdades.
- Função pacificadora: oferece instrumentos jurídicos para a prevenção e a solução de conflitos individuais e coletivos.
- Função democrática: reconhece a participação sindical e a negociação coletiva como formas legítimas de criação de normas trabalhistas.

A proteção trabalhista, portanto, não deve ser compreendida como favorecimento arbitrário ao empregado. Trata-se de técnica jurídica destinada a produzir maior equilíbrio em uma relação estruturalmente assimétrica, harmonizando a valorização do trabalho humano com a liberdade de organização da atividade econômica.



Espécies

As normas processuais são constituídas por regras e princípios. Desse modo, levando em consideração que os princípios possuem força normativa, com o uso destes, os operadores do direito podem fundamentar suas decisões exclusivamente em princípios. Assim, quando o Código de Processo Civil vigente reporta acerca de normas fundamentais, se refere à existência de regras e princípios fundamentais desta legislação.

Sobre o tema, analisemos abaixo, importantes princípios do Ordenamento Jurídico Brasileiro no que concerne à aplicação do Processo Civil:

Princípio da Igualdade

Sua finalidade é a paridade de tratamento no que se refere:

- a) Ao pleno exercício dos direitos e faculdades processuais;
- b) Aos meios de defesa;
- c) Aos deveres;
- d) Aos ônus existentes; e
- e) À aplicação das sanções processuais pertinentes.

Princípio da Hermenêutica Processual Civil

Esse princípio deve ser destacado com a observância das seguintes prerrogativas:

- a) Da legalidade;
- b) Da dignidade da pessoa humana, atuando como supraprincípio processual;
- c) Do condizente ao atendimento aos fins sociais e às exigências do bem comum;
- d) Da proporcionalidade, que se trata da adequação entre meios e fins;
- e) Da razoabilidade, que se refere à equidade, atenção à realidade, bom senso e equivalência na aplicação do direito processual;
- f) Da eficiência, buscando atingir ao máximo a finalidade, mesmo diante das situações precárias da Administração Pública e do Judiciário.

Princípio da Inércia da Jurisdição

Para que possa atuar em processos, é necessário que o magistrado seja provocado, pois, o processo civil tem início através da provocação da parte, porém, se desenvolve por intermédio de impulso oficial.

Nesse sentido, desenvolve-se um sistema processual misto que dá evidência ao princípio dispositivo, na medida em que o magistrado poderá atuar somente para a produção de provas no processo, bem como conduzir a ação até que haja a decisão final de mérito e ocorra a satisfação do direito.

Princípio da Celeridade Processual

A referência a esse princípio diz respeito à necessidade de rapidez e agilidade do processo. Por meio da celeridade, ocorre a busca para se alcançar o resultado final da lide com a menor quantidade de atos possíveis.

Além disso, ressalta-se que a realização do processo célere não é voltada apenas para a certificação do direito, mas, também para a efetivação e satisfação do direito das partes ser apreciado e reconhecido durante o lapso temporal razoável.

**ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: NOÇÕES FUNDAMENTAIS****► Conceito de Estado****Estrutura política, jurídica e territorial**

O Estado é a organização política e jurídica formada para ordenar a vida em sociedade, exercer autoridade sobre determinado território e buscar a realização do interesse público. No Direito Administrativo, o Estado é compreendido como pessoa jurídica de Direito Público, capaz de adquirir direitos, assumir obrigações, prestar serviços, editar normas, exercer poderes e responder por seus atos.

O Estado não se confunde com Governo nem com Administração Pública. Ele é a estrutura permanente. O Governo corresponde à direção política temporária dessa estrutura. A Administração Pública é o conjunto de órgãos, entidades e agentes que executam concretamente as atividades administrativas.

► Elementos constitutivos do Estado**Povo, território e soberania**

Tradicionalmente, o Estado é formado por três elementos essenciais: povo, território e soberania. O povo representa o elemento humano, isto é, o conjunto de pessoas vinculadas juridicamente ao Estado. O território é o espaço físico sobre o qual o Estado exerce sua autoridade. A soberania é o poder de autodeterminação, que permite ao Estado organizar-se internamente e relacionar-se externamente com independência.

Elemento	Significado
Povo	Conjunto de pessoas vinculadas ao Estado
Território	Espaço onde o Estado exerce sua autoridade
Soberania	Poder de autodeterminação política e jurídica

► Finalidade do Estado**Realização do interesse público**

A finalidade do Estado é promover o bem comum, organizar a convivência social, garantir direitos, manter a ordem jurídica e prestar atividades necessárias à coletividade. Para isso, utiliza o Governo como centro de direção política e a Administração Pública como instrumento de execução prática das decisões estatais.

GOVERNO: CONCEITO, FUNÇÃO POLÍTICA E DIREÇÃO DO ESTADO**► Conceito de Governo****Comando político do Estado**

Governo é o conjunto de órgãos e agentes responsáveis pela direção política do Estado. Ele define prioridades, estabelece programas, conduz políticas públicas e orienta a atuação estatal conforme o projeto político escolhido legitimamente. Enquanto o Estado é permanente, o Governo é temporário, pois muda conforme eleições, mandatos e alternância de poder.



► LINDB e Introdução ao Direito Civil Brasileiro

De antemão, infere-se que a LEI de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, ou LINDB, (antes denominada LICC), não faz parte do Código Civil, apesar de se encontrar anexa a esta legislação. Cuidando-se, assim, de um acoplado de normas que possuem como finalidade, disciplinar as próprias normas jurídicas, ou, *lex legum* – norma sobre normas.

Ressalta-se que a legislação em estudo, predispõe condições genéricas para a formação, elaboração, vigência, eficácia, interpretação, integração e aplicação das leis como um todo.

Denota-se que a troca de nomes da LINDB ocorreu com o objetivo de colocar a devida adequação à aplicação prática, bem como a abrangência real da lei de introdução ao seu aspecto formal pelo nome da ementa.

Desta forma, a Lei n. 12.376/2010 passou a predispor que o decreto é Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, e não somente norma de cunho civil. Nesta seara, a LINDB se dirige ao legislador e aplicador do direito de maneira diferente das demais normas jurídicas, haja vista, estas possuírem o atributo da generalidade e se encontrarem destinadas à toda a sociedade.

Incumbe-se a LINDB de tratar das seguintes situações:

- Da vigência e da eficácia das normas jurídicas;
- Do referente ao conflito de leis no tempo;
- Do conflito de leis no espaço;
- Dos critérios hermenêuticos;
- Do referente aos critérios de integração do ordenamento jurídico;
- Das normas de direito internacional privado, nos moldes dos artigos 7º a 19;
- Das normas de direito público, nos ditames do artigo 20 ao 30.

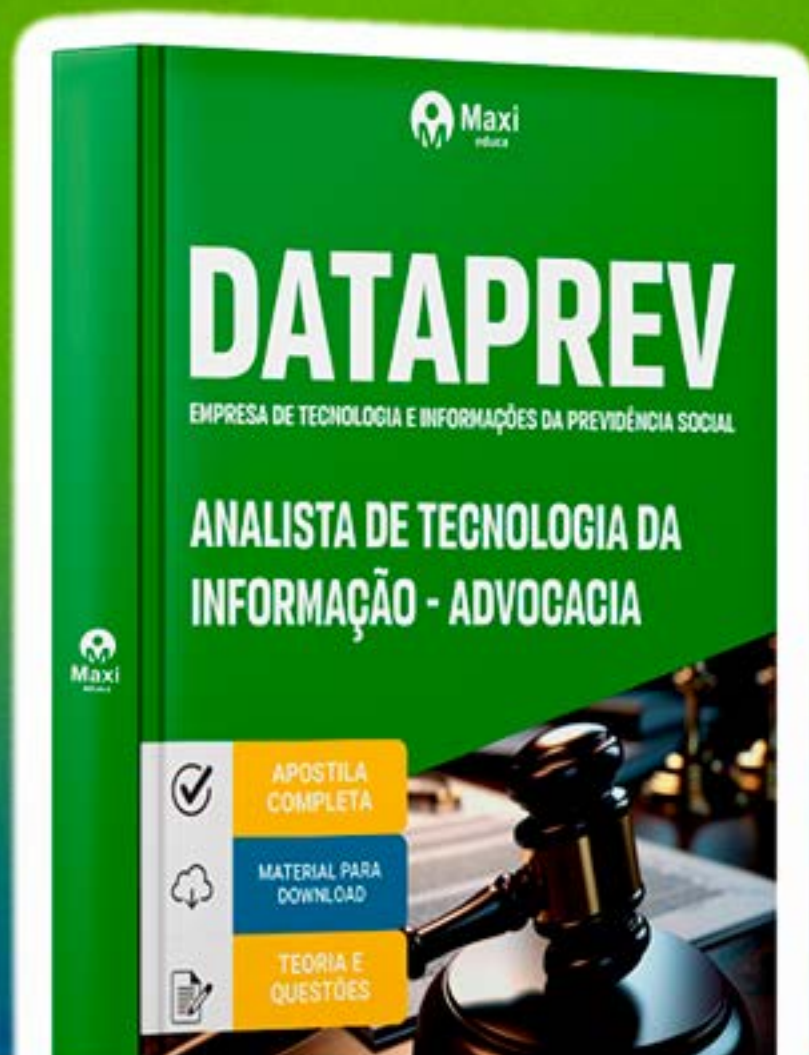
Das Fontes do Direito

Podemos conceituar fonte como sendo a origem ou como formas de expressão do direito. O jurista Miguel Reale conceitua as fontes do direito como sendo os *“processos ou meios em virtude dos quais as regras jurídicas se positivam com legítima força obrigatória”*. Já o ilustre Hans Kelsen, define a fonte do direito como: *“o fundamento de validade da norma jurídica, decorre de uma norma superior, válida”*.

Ressalta-se que classificar e dividir as fontes do direito, não é tarefa fácil segundo a doutrina. Sendo assim, a maioria dos doutrinadores edita sua classificação, dividindo-a da seguinte forma:

- **Fontes formais:** São aquelas que se encontram dispostas de forma expressa na LINDB, se dividindo em fontes primárias, que são as leis; e fontes secundárias, que se referem à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.
- **Fontes informais:** São aquelas que se encontram dispostas na LINDB, tais como a doutrina, a jurisprudência e equidade.

Registra-se que existem doutrinadores que classificam as fontes formais secundárias como fontes indiretas ou mediatas, tendo em vista o fato de poderem ser aplicadas em situações de lacuna legal nas omissões da lei, conforme o art. 4º que aduz: *“quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito”*.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!